JORNAL DE BRASÍLIA
POLÍTICA
14 SET 1982

Sarney acredita que TSE fracione horário

O presidente do PDS, senador José Sarney, manifestou a sua esperança de que o Tribunal Superior Eleitoral venha a acolher a sua solicitação no sentido de fracionar em mensagens de 90 segundos, e não de cinco minutos, na programação das emissoras de rádio e televisão os 60 minutos diários de propaganda eleitoral gratuita previstos na Lei Falcão.

Sarney acredita que a diluição da propaganda na programação diária das emissoras de rádio e televisão é uma fórmula que interessa a todos os partidos, revelando que dois já se manifestaram favoravelmente a seu pedido — o PDT e o Partido dos Trabalhadores. Acredita o prócer governista que o TSE poderá fracionar o tempo sem desrespeitar a lei, pois "o que importa é respeitar o limite de 60 minutos".

A ELEIÇÃO

Sarney considera irrelevante discutir agora quem seria o responsável pela manutenção da Lei Falcão, que limita propaganda à leitura de dados pessoais dos candidatos e à exibição de fotos paradas, não permitindo que os candidatos a cargos eletivos tenham acesso aos dois veículos.

Pessoalmente, ele lamenta que não se tenha encontrado o caminho de um acordo, pois seria melhor que os candidatos contassem com os dois importantes veículos na propaganda eleitoral. Lembrou que a Oposição radicalizou demasiadamente, "bastando ver o problema de cédula única, quando perdemos longo tempo em discutir aspectos formais".

Ainda que tenha formalmente admitido a possibilidade de examinar uma proposta oposicionista de mudança da Lei Falcão, ontem anunciada pelo líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, o presidente do PDS acentuou que considera muito difícil qualquer mudança na legislação a essa altura ("acho difícil, mas não é impossível").

Diante da realidade da lei, o presidente do PDS julga que sua sugestão ao Tribunal Superior eleitoral não fere o espírito da Lei Falcão e interessa aos partidos, cuja conveniência é de que o tempo existente venha a ser utilizado para atingir ao maior número de eleitores.

— Desde que haja consenso entre os partidos — disse Sarney — não vejo porque não se possa chegar ao fracionamento do tempo disponível.

Arquivo

Senador José Sarney

Atribuiu, contudo, à radicalização de posições a principal responsabilidade por não se ter chegado a um entendimento para alterar a Lei Falcão. Mas, insistiu em dizer que, de sua parte e de seu partido sempre houve boa vontade e desejo em encontrar uma saída.

— O que nos interessa agora é cuidar da eleição. O Brasil conquistou um grande espaço democrático, pois viveu e continua vivendo um grande debate, disse Sarney, lamentando a impossibilidade do acordo para se alterar a Lei Falcão.

Sarney também elogiou os debates que vêm sendo travados entre candidatos de partidos diferentes através do rádio e da televisão, por iniciativa das próprias emissoras, acentuando que esses programas servem para elevar o nível de politização do eleitorado.

O líder da maioria do Senado, Nilo Coelho, depois de conversar durante mais de uma hora com o presidente do PDS, disse esperar uma decisão favorável do Tribunal Superior à solicitação feita pela direção nacional do PDS no sentido de que o tempo seja fracionado.

Nilo Coelho acha que já não existe mais condições para se examinar qualquer proposta de mudança na Lei Falcão, mesmo porque ela já começa a entrar em vigor hoje.

— O que é possível é fracionar o tempo, como o Sarney pediu ao TSE — disse.